

As Américas do general: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José António Páez, 1868

Las Américas del general: un estudio de la construcción de una memoria histórica por José Ignacio de Abreu e Lima en la misiva a José António Páez, 1868

The general's Americas: a study of the construction of a historical memory by José Ignacio de Abreu e Lima in the missive to José António Páez, 1868

Paulo Montini¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4376-0029>

Diogo Arruda Carneiro da Cunha²

 <https://orcid.org/0000-0002-3549-7059>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar uma carta de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) ao venezuelano José António Páez (1790-1873) publicada em *O Novo Mundo*, periódico mensal lançado nos Estados Unidos por José Carlos Rodrigues (1844-1923) em abril de 1873. Partimos da seguinte questão: como Abreu e Lima, nesta missiva de 1868, se edifica enquanto ator histórico e labuta um projeto de *memória de si*? Para respondê-la, examinamos como o general construiu um *projeto de memória* reconstituindo sua trajetória em três momentos sucessivos: (i) durante as guerras de independência latino-americanas entre os anos 1820 e 1830; (ii) durante o período regencial, quando se instalou no Rio de Janeiro após uma passagem pela Filadélfia; e enfim (iii) no Recife, nos anos 1840, período de efervescência político-partidária que culminou na Insurreição Praieira. O estudo mostra que Abreu e Lima construiu o seu percurso memorialístico assumindo de forma consciente a sua biografia como a de um fiel *bolivarianista*, historicizando seus próprios passos e fazendo projeções àquilo que em sua leitura se delineava no horizonte político do país e, no fim, para si mesmo.

Palavras-chaves: Abreu e Lima; Memória de si; Guerras de Independência latino-americanas; Correspondência.

Resumo: Este artículo tiene como objetivo analizar una carta de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) al venezolano José António Páez (1790-1873) publicada en *O Novo Mundo*, periódico mensual lanzado en Estados Unidos por José Carlos Rodrigues (1844-1923) en abril de 1873. Partimos de la pregunta: cómo Abreu e Lima, en esta carta de 1868, se construye como actor histórico y trabaja un proyecto de memoria de *sí mismo*? Para responderla, examinamos cómo el general construyó un *proyecto de memoria* reconstruyendo su trayectoria en tres momentos sucesivos: (i) durante

1 Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: paulo.montini@ufpe.br.

2 Doutorado em História pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, França(2014). Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: d1cunha@gmail.com.

las guerras de independencia latinoamericanas entre las décadas de 1820 y 1830; (ii) durante el período de la Regência, cuando se instaló en Rio de Janeiro luego de un período en Filadélfia, y (iii) en Recife, en la década de 1840, un período de efesversencia politico-partidista que culminó con la Insurrección Praieira. El estudio muestra que Abreu e Lima construyó su camino memorial asumiendo conscientemente su biografía como la de un *bolivariano* fiel, historizando sus propios pasos y haciendo proyecciones de lo que en su lectura se perfilaba en el horizonte político del país y, en definitiva, para sí mismo.

Palavras-chaves: Abreu e Lima; Memoria propria; Guerras de independencia latinoamericanas; Correspondencia.

Abstract: This article aims to analyze a letter from José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) to the Venezuelan José Antonio Páez (1790-1873), which was published in *O Novo Mundo*, a monthly periodical launched in the United States by José Carlos Rodrigues (1844-1923) in April 1873. Our exploration begins with a fundamental question: how does Abreu e Lima, in this 1868 letter, construct his identity as a historical figure and engage in a project of *self-memory*? To address this inquiry, we delve into how Abreu e Lima developed a *memory project* by outlining his journey in three distinct phases: (i) during the Latin American wars of independence in the 1820s and 1830s; (ii) during the regency period, when he resided in Rio de Janeiro following a stint in Philadelphia; and finally, (iii) in Recife during the 1840s, a time of revolutionary fervor that climaxed in the Praieira Insurrection. The study reveals that Abreu e Lima crafted his memoir by purposefully embracing his life story as that of a dedicated *Bolivarian*, contextualizing his own experiences, and envisioning what he perceived as the country's political trajectory and, ultimately, his own.

Keywords: Abreu e Lima; Self-Memory; Latin American Wars of Independence; Correspondence.

1 INTRODUÇÃO

Foi sob o título de **Um Heroe Brasileiro** que o redator José Carlos Rodrigues (1844-1923) publicou em *O Novo Mundo: Periodico Illustrado do Progresso da Edade*, jornal mensal de sua autoria lançado desde Nova Iorque, nos Estados Unidos, uma longa carta pessoal de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) em abril de 1873. Fundado, redigido e editado por Rodrigues, o *Novo Mundo* buscou levar aos seus leitores notícias e artigos de opinião que se embasavam no cabedal do “novo-liberalismo” brasileiro, enxergando no modelo administrativo e nas instituições políticas norte-americanas um modelo a ser seguido pelo então Império do Brasil (ASCIUTTI, 2010, p. 51-53). Publicado entre 1870 e 1879, totalizando cento e oito edições lançadas, o *Novo Mundo* apresentou a missiva de Abreu e Lima como um “documento importantissimo para a biographia do illustre Brasileiro”, reservando no seu número 31 de 1873 um espaço considerável à carta ao trazê-la na íntegra, ocupando boa parte da décima página da folha naquele dia. Afinal, a missiva era uma resposta de Abreu e Lima a uma correspondência do venezuelano José Antonio Páez (1790-1873), um dos militares que atuaram ao lado de Simón Bolívar (1783-1830) nas campanhas de independência no então Vice-Reino de Nova Granada, ex-presidente da Venezuela por três mandatos e um dos seus

antigos companheiros de armas na América do Sul dos anos 1820, que encontrava-se habitando a cidade de Nova Iorque desde os anos 1860.

Este estudo objetiva examinar esta carta de 1868 e, assim, realizar um movimento de pesquisa inédito nos estudos daqueles que analisaram Abreu e Lima e o seu legado. Afinal, como um tipo de escrita de si, a feitura de cartas “revela o desejo de registrar os acontecimentos” para preservá-los do esquecimento, em atividade que o próprio autor cria uma memória de si e também dos outros (FREDRIGO, 2010, p. 63). Entre prospecções, saudosismos, lembranças e angústias repartidas, identificamos, neste documento que permaneceu num ângulo morto da literatura historiográfica sobre Abreu e Lima, vestígios da construção de um *projeto de memória* por parte do general. Portanto, construímos este estudo em torno da seguinte problemática: como José Ignacio de Abreu e Lima, nesta missiva de 1868 para José Antonio Páez, se edifica enquanto ator histórico e labuta um projeto de memória de si?

Para responder a essa problemática, dividimos o artigo em três segmentos. No primeiro, examinamos a especificidade das correspondências como fonte histórica e buscamos situar a missiva de Abreu e Lima no conjunto da sua obra. No segundo, analisamos o processo de “escrita de si” do general através da forma como ele reconstrói sua trajetória nos momentos decisivos das Guerras de Independência latino-americanas ao lado de alguns dos protagonistas desses acontecimentos, como o próprio Bolívar, Francisco de Paula Santander e Antonio Leocadio Guzmán. No terceiro, enfim, focamos numa análise aprofundada do documento, sem deixar de acompanhar os desdobramentos da atuação de Abreu e Lima no Rio de Janeiro, nos anos 1830, e no Recife nos anos 1840.

2 AS CORRESPONDÊNCIAS COMO FONTES HISTÓRICAS E O LUGAR DA MISSIVA DE ABREU E LIMA EM SUA PRODUÇÃO INTELECTUAL

No universo que é a produção escrita de Abreu e Lima, esta carta de autoria do brasileiro a Páez distingue-se dos seus demais textos pela finalidade do seu conteúdo. Ela não é uma produção de cunho historiográfico, como o são parte de seus livros, nem uma daquelas tantas folhas de ímpetos político-partidários que Abreu e Lima lançara às ruas enquanto redator na Colômbia e no Brasil. Pelas palavras de seu próprio autor, esta missiva carrega “recordações de meio século” (O NOVO MUNDO, número 31, 23 de abril de 1873)³, e nisto se identifica a sua distinção dentre os outros escritos do general: ela é um dos raros exercícios memorialísticos do sujeito que atravessou grande parte da primeira metade dos Oitocentos

3 Para melhor apreciação da leitura, decidimos manter a ortografia da missiva de Abreu e Lima – e de demais documentos – de acordo com a publicação original, e para evitarmos a referência constante à fonte, no caso deste artigo a carta publicada no *Novo Mundo*, em notas de rodapé, optamos por referenciá-la apenas em caso de citações diretas, evitando assim um extenso número de notas rediadas ao decorrer deste trabalho.

dedicando-se, pelas palavras ou pelas armas, a espalhar Luzes, razão, progresso e modernidade em parte da América do Sul.

Em meio a uma bibliografia volumosa como a de Abreu e Lima, nota-se a importância desta carta enquanto fonte para o pesquisador interessado nas suas produções ou em sua biografia. Afinal, ao longo dos seus 75 anos de vida, o general redigiu e editorou pasquins, escreveu obras de cunho historiográfico e envolveu-se na opinião pública de espaços tão díspares como a Colômbia bolivarista da década de 1820, o Rio de Janeiro dos anos 1830 e o Recife da década de 1840, assumindo proeminência no campo das letras – e além delas, pelos não poucos debates políticos acalorados – em todos eles.

O Ocidente foi marcado, no século XIX, pela *revolução*, tendo-se vivido nesse período à sombra da sua eclosão (CATROGA, 2009, p. 186). A possibilidade de uma subversão violenta da ordem não estava dissociada, além do mais, de uma mudança estrutural profunda denominada por Reinhart Koselleck como *Sattelzeit*, experimentada enquanto a transição do sistema político conceitual do Antigo Regime para o constitucionalismo e o liberalismo, abrindo um novo horizonte de expectativas democrático (KOSELLECK, 2006). Abreu e Lima experimentou as esperanças e os temores que o conceito de revolução então alimentava no imaginário e nas experiências dos homens e mulheres oitocentistas: vivenciou as repressões contrarrevolucionárias e realistas no Dezessete, que marcariam as capitanias do Norte brasileiro que declararam a independência frente à Coroa lusitana; abraçou a causa da gesta emancipatória e dos sonhos de uma Grã-Colômbia de Simón Bolívar, servindo ao *Libertador* pelas letras e pelas espadas, o que lhe angariaria o grau militar de generalato; no Rio de Janeiro, capital do único regime reinol sul-americano, defendeu posições monárquicas e politicamente conservadoras; no Recife, marcado por tensões partidárias na segunda metade da década de 1840, se aproximaria do socialismo romântico e de uma filosofia da História reacionária. E, à parte uma breve nota de rodapé sobre o trauma vivido em 1817 no seu *Compendio da Historia do Brasil*, de 1843, nenhum outro texto desta ampla produção do general traria as lembranças ou recordações escritas das experiências vividas pelo autor⁴.

Este exercício no *Compendio* sobre 1817 nos permite observar o esforço de Abreu e Lima em relatar, neste livro que escrevera com a pretensão de edificar a “História Pátria”

4 O que não quer dizer, quanto a fontes do tipo, que cartas de Abreu e Lima já não houvessem sido publicadas na imprensa anos antes. Na primeira metade da década de 1830, algumas missivas particulares do general aos seus irmãos seriam divulgadas em pasquins do Rio de Janeiro e no *Diário de Pernambuco*: no ano de 1831, por exemplo, o pasquim *Homem e a America* tornava pública uma carta em que Abreu e Lima anunciava seu retorno ao Brasil, após anos na Grã-Colômbia, e em que repartia angústias e apreensões quanto à instabilidade do país, institucionalmente abalado pela abdicação de Pedro I em abril deste ano, e em 1834 o *Diário* publicaria missiva do general em que este oferecia seus conhecimentos militares à causa dos cabanos, naquela insurreição das Carneiradas comandada por revoltosos em Pernambuco e Alagoas, por exemplo. (HOMEM E A AMERICA, número 7, 25 de novembro de 1831). (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, número 292. 12 de janeiro de 1834).

brasileira, parte da repressão contrarrevolucionária que presenciara. No sexto capítulo do primeiro volume da obra, “1808-1821”, Abreu e Lima inicia sua recordação ao lembrar “o horror d’aquella noite” de 28 de março em que seu pai, José Ignacio Ribeiro (1768-1817), também conhecido como Padre Roma, fora fuzilado a mando da repressão realista lusitana sob ordens de Marcos Noronha e Brito, o Conde dos Arcos (1771-1828). O episódio, ocorrido na cidade de Salvador, contou com a presença do próprio Abreu e Lima e de seu irmão, Luiz Roma. Aprisionados no Rio de Janeiro antes da eclosão revolucionária de março no Recife, os irmãos foram levados à Bahia apenas para assistirem o martírio do pai (ABREU E LIMA, 1843, p. iii, 285).

Apesar de sua relevância enquanto fonte, pouca atenção à missiva de 1868 fora reservada no espaço das análises empreendidas na literatura, historiográfica ou não, que tratam do general. Sobre a historiografia, constata-se que o amplo número de escritos da autoria de Abreu e Lima decerto atrairia já nos anos seguintes ao seu falecimento, no ano de 1873, a atenção dos que buscavam em suas obras fontes para a elucidação de questionamentos e problemáticas mais diversos. Em fins do XIX e começo do XX verbetes biográficos seriam publicados sobre o *ilustre* general, e apenas na segunda metade do século XX Abreu e Lima seria recuperado com mais atenção na academia brasileira – e, principalmente, fora dela: entre as décadas de 1960 e 1980 alguns escritos de vulto de sua autoria, como *O Socialismo* e a *Sinopse dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, seriam republicados no Brasil e na Venezuela. Também data deste momento a grande referência escrita sobre o general, a biografia *Abreu e Lima: general de Bolívar*, escrita pelo cientista político Vamireh Chacon em 1983 com financiamento do governo venezuelano.

Contudo, e apesar de referenciada no *Diccionario biographico de pernambucanos celebres* escrito pelo advogado e político Francisco Pereira da Costa (1851-1923), de 1882⁵, e no *General de Bolívar*, em que Chacon a descreve como “sempre citada, porque indispensável” (CHACON, 2007, p. 247), a carta para Páez não encontraria maiores recepções na historiografia voltada a Abreu e Lima. Neste último trabalho, a carta seria reproduzida acriticamente, mesmo neste exercício biográfico laureado pelo próprio autor como aquele de “mais rigor metodológico” em comparação às outras produções sobre Abreu e Lima (Idem, ibidem, p. 23), abordada como uma fonte óbvia daquilo que supostamente continha *per se* aquilo que ocorrera de forma empírica no passado⁶.

5 Francisco Costa transporia a carta de forma integral no verbete sobre Abreu e Lima em seu *Diccionario*. (COSTA, 1882, p. 551-556).

6 Para ficarmos nos termos do historiador alemão Jörn Rüsen sobre aqueles que interpretam uma fonte como a própria origem do “processo histórico”, sem a consideração de maiores problematizações ao documento (RÜSEN, 2015. p. 76).

Compartilhamos da consideração de que por meio do trabalho a partir dos epistolários é possibilitado, ao historiador atento aos métodos historiográficos que este tipo de fonte exige, a identificação de vestígios que apontam à “história que o missivista (autor que se cria a partir do texto e que é também recriação do próprio texto) queria legar à posteridade” (RÜSEN, 2015, p. 34). Ao debruçarmo-nos sobre cartas, consideramos como estas, enquanto textos que permitem a reflexão e a narração pelo autor de sua própria experiência vivida em uma narrativa a ser partilhada com outrem, carregam memórias do próprio ator histórico, e ao historiador munido de seus métodos, portanto, permite-se a extração da história destes projetos de narrativa. Em fontes deste tipo, “o instigante é decifrar” aqueles vestígios que, presentes nesse tipo de gênero e insertos de forma voluntária ou não, foram pensados e esculpidos “como uma contribuição à memória do personagem” (Idem, ibidem, p. 88).

O *Novo Mundo*, em seu breve anúncio de publicação desta correspondência de Abreu e Lima, não hesitava nas apreciações sobre o general após o contato com esta missiva de 1868. O brasileiro era apresentado por José Carlos Rodrigues como um “compatricio” cujas virtudes e bravuras só foram devidamente apreciadas após o momento de sua morte, em 1873. Apologista do protestantismo, prática religiosa da qual era adepto e que faria um dos pilares da linha editorial deste seu periódico, Rodrigues recordaria a insólita situação do sepultamento de Abreu e Lima no Recife. Foi à causa da defesa de liberdade religiosa que o general vinha publicando artigos no maior jornal de Pernambuco, o *Diário de Pernambuco*, e havia escrito seus dois últimos livros, *As Bíblias falsificadas* e o *Deus dos judeus e o Deus dos cristãos*, ambos datados de 1867, entrando em atrito com os representantes locais da Igreja Católica, como o bispo de Olinda Francisco Cardoso Ayres (1819-1887). Com a morte de Abreu e Lima, Ayres impediria seu sepultamento no Recife pela defesa daquele à liberdade do credo, e, negada a sepultura em cemitério público na capital da província pernambucana, restou ao corpo do general o jazigo no Cemitério Britânico, espaço internacional da cidade naqueles anos.

Se a recuperação da figura do Abreu e Lima na opinião pública teria se dado em muito pela decisão embaraçosa das autoridades da Igreja Católica em Pernambuco, que “negando a seu cadaver uma sepultura no seu cemiterio” acabaram por atrair “para o falecido a atenção geral”, a apresentação do *Novo Mundo* também destacou as atividades intelectuais do general. “ABREU E LIMA escreveu uma *Historia do Brasil* que por muito tempo servio de compendio nas aulas do seu proprio paiz”, escrevera Rodrigues em referência ao *Compendio* de 1843 do general. O texto do *Novo Mundo* ressalta, contudo, que “não é, porem, como historiador” que o brasileiro deveria ser mais reconhecido por seus coevos (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Foi por tomar “parte activissima nas lutas que estabeleceram a independencia da Venezuela e da Colombia”, nos anos 1820, e guerrear “sob o general J. A. PAEZ, o primeiro presidente da Venezuela e o braço direito de BOLIVAR”, nestas campanhas independentistas contra a Coroa espanhola no norte da América do Sul, que o nome de Abreu e Lima “merece-nos maior respeito”, como um homem das armas, “guapo soldado” dos exércitos libertadores, explica Rodrigues (Ibid). Uma leitura, esta do *Novo Mundo*, decorrida em muito do itinerário biográfico tecido pelo próprio general nesta carta, como veremos.

3 A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO NA GRÃ-COLÔMBIA

Escrita em português, porque “ha trinta annos que não escrevo o hespanhol”, data-da de 18 de setembro de 1868 e remetida do Recife ao “Exm. Sr. general J. A. PAEZ [...] Meu querido general e amigo”, a missiva era iniciada com o anúncio de como agradáveis surpresas alcançaram Abreu e Lima: a primeira era de que “vive o general PAEZ, que eu suppunha morto” desde que lera sobre o seu falecimento em um terremoto, na cidade venezuelana de Cumaná⁷, e a outra era a descoberta de que seu amigo e companheiro de armas não o esquecera, que não o “havia olvidado” ao longo de mais de quatro décadas. Eram notícias que o enchiam “de prazer e de serio contentamento”.

Era uma carta de resposta, esta de 1868, porque a iniciativa do contato fora de José Páez com uma “preciosa carta de 16 de julho”, e também de agradecimentos da parte do brasileiro. Junto à primeira missiva, o ex-presidente venezuelano enviara a Abreu e Lima seus livros de *Memorias* e *Maximas*, obras em que certamente rememorava as ações independentistas nas antigas colônias hispânicas e o processo de construção da República da Grã-Colômbia. A leitura das *Memorias* de Páez, sobretudo, é o mote para Abreu e Lima arrematar como “não me esqueço um momento de Colombia”⁸, porque

Se durante 13 annos que servi naquelles paizes, contando com as commissões fóra, tive muitos desgostos, soffri muitas intrigas como estrangeiro; por outro lado nenhum official mereceu nunca as distincções e amizade de tudo quanto havia de mais grado no paiz como eu – essa amisade foi sempre tão distincta entre os homens, como entre as mulheres. General, ainda conservo o relógio que V. me deu, depois da batalha de Carabob [sic], ha 47 annos!! poderia eu esquece-lo nunca? (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Percebe-se a presença das memórias da fase grã-colombiana em Abreu e Lima, materializadas no armazenamento de relicários adquiridos naqueles anos ao lado de Páez, Bolívar e tantos outros próceres engajados na independência da região. Do *Libertador*, por

7 “Eu [o] suppunha morto, desde que li em um jornal, que V. havia succumbido em Cumaná por effeito de um terremoto, que havia abbatido o quartel sobre V” (O NOVO MUNDO, nº, 23 de abril de 1873).

8 Ao escrever “Colombia”, Abreu e Lima refere-se à extinta Grã-Colômbia, cujo território hoje compreenderia à atual Venezuela. Colômbia. Equador e Panamá.

exemplo, confirma a Páez como ainda conserva um busto de ouro “que elle mesmo [Bolívar] me deu como um diploma muito honroso” pelos serviços prestados à causa da emancipação grã-colombiana, e afirmaria em mais de uma vez neste relato como ainda armazena muitos outros “documentos honrosos” adquiridos naqueles anos andinos⁹.

Esta primeira leitura da carta nos revela como esta fase militar da sua vida, dedicada às causas de Bolívar, era motivo de orgulho, e Abreu e Lima não escondia o apreço pelas distinções e por “todas as minhas patentes de Colombia” e “todas as minhas condecorações” granjeadas em serviço naqueles anos de lutas contra as tropas realistas espanholas. Já estavam há décadas de distância os momentos em que a participação do brasileiro nas independências que dominaram o norte da América do Sul havia sido questionada, posta em xeque ou alvo de zombaria por redatores de renome da opinião pública brasileira, em especial no Rio de Janeiro do início da década de 1830¹⁰. Este escrito para Páez não se aproximaria das defesas, apaixonadas ou virulentas, conforme a exigência das respostas a cada insinuação do tipo, que Abreu e Lima fizera destas atividades na opinião pública fluminense. Antes, seria em retrospecto que o brasileiro rememoraria com o venezuelano os exercícios militares e parte das suas atividades intelectuais com os independentistas, que lhe valeriam o seu tão apreciado título de *general*.

Foi como um expatriado e vítima de uma violenta contrarrevolução que Abreu e Lima consideraria sua situação a Páez na carta, quando de sua chegada às armadas bolivarianas naquele ano de 1819 e já há muito engajadas em luta contra os metropolitanos espanhóis. Uma situação de apátrida que nem mesmo suas condições de jovem capitão de artilharia no Brasil, de pertencimento a “uma das mais distinctas familias deste paiz” ou de “educação de príncipe” pudera evitar nas repressões ao Dezessete. “General! ninguém sabia quem eu era”, conforme pôs na carta, do mesmo modo como ali na Venezuela e na Nova Granada, em lutas por independência, ninguém sabia que aquele brasileiro, aos 25 anos, “tinha sido victima da primeira revolução, que se fizera no Brasil (1817) pela independencia deste paiz [...] em que meu pai fôra fuzilado, e eu escapei por milagre, da cadeia da Bahia” (Ibid).

“Então eu não tinha patria, e fiz de Colombia a minha patria”, assumiria. Se em sua petição de 1819, escrita desde os Estados Unidos e enviada ao *Libertador* para préstimos de serviço ao exército *patriota*, Abreu e Lima prometia sacrifícios “por la independencia y libertad de Venezuela, y de toda la América del Sur”, o brasileiro veria o nascedouro da pátria

9 “Saiba V. que conservo todos os meus diplomas, attestados, cartas particulares, com poucas que se perderam; e de que V. conservo muitos documentos honrosos”. (Ibid).

10 Algumas das quais trataremos mais à frente. Desde aqui salientamos que as intrigas entre estes personagens, contudo, merecem ser vistas pelo historiador sob as lentes metodológicas que permitem maior observação e análise das culturas políticas que dominavam o campo da opinião pública fluminense nestes anos do período recencial brasileiro.

já nas frentes militares deste mesmo ano¹¹. Sobre a decisiva batalha de Queseras del Medio, recordaria como vira Páez “com 150 homens arrojar todo o exercito” de Pablo Morillo (1775-1837), comandante militar enviado desde a Espanha para pôr fim ao ímpeto independentista e revolucionário de Simón Bolívar, em 1819. A vitória nesta batalha, além de garantir o controle sobre os rios Apure e Arauca aos *patriotas*, na Venezuela, seria uma das derrotas mais desmoralizantes das tropas metropolitanas no conflito. Sob as ordens diretas de Páez, 153 lanceiros a cavalo avançaram em carga sobre os mais de mil homens comandados por Morillo, em uma das manobras militares mais significativas das campanhas de independência da região. Os independentistas sofreriam apenas seis baixas, contra cerca de 400 da companhia rival. Sobre o ataque, Bolívar escreveria como “jamás se ha visto un combate ni más desigual ni más glorioso para las armas de la República” (MEMORIAS DE VENEZUELA, número 62, março de 2019, p. 7). Na companhia do general venezuelano Carlos Soublette (1789-1870) e do próprio *Libertador*, Abreu e Lima assistira, nos fulgores desta contenda, “fugir a cavalaria hespanhola diante dos pelotões de V.; eu vi a infanteria [sic] inimiga recuar até a orelha do monte” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Era o desabrochar de uma incipiente Grã-Colômbia independente dos domínios espanhóis e do próprio Abreu e Lima enquanto militar do panteão bolivarista, que entraria em posições de comando no Exército *patriota* já no ano seguinte às escaramuças de Queseras del Medio. Uma carreira em muito devida aos préstimos de Páez, acarretados nos “postos de tenente-coronel e de coronel” que “foram-me dados por proposta sua” (Ibid), entre 1819 e 1820, e no posto de chefe do Estado Maior do Exército e do departamento militar das províncias venezuelanas de Caracas e Barinas, concedido ao brasileiro em setembro de 1821 após a aprovação direta de Simón Bolívar ao pedido de Páez indicando-o para o cargo¹².

Os reconhecimentos de Abreu e Lima a Páez pelas distinções gratificadas em serviço, pela referência nas campanhas militares, pela própria amizade, e até mesmo pela hospitalidade, não são economizadas nesta missiva. Quando ainda se encontrava em status de quase anonimato dentre as fileiras do exército bolivarista, Abreu e Lima recorda que foi Páez quem lhe criou as primeiras condições de sociabilidade naquele espaço e sociedade ainda estranhos; quando foi designado ao comando do Estado Maior na Venezuela, por exemplo,

11 Esta carta de Abreu e Lima, endereçada ao “Sr. Presidente de la Republica” Simón Bolívar, seria escrita em fevereiro de 1819. Nela, o jovem capitão de artilharia “José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima”, “del mismo nombre y apellido” do pai, exporia suas motivações para engrossar as fileiras do exército independentista sobre as ordens do *Libertador*. (ABREU E LIMA, in VILA (org.), 1953, p. 54).

12 Ofício de número 6291, em que Bolívar comunica a Abreu e Lima sua nomeação, e o ofício 6290, no qual o *Libertador* informa a Páez como “ha tenido a bien aprobar la propuesta” feita por este último, no dia 19 de agosto de 1821, de dar tal promoção ao brasileiro. Estas correspondências oficiais podem ser acessadas no site *Archivo del Libertador*. <http://www.archivodelibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7817>, acesso em: 12 jan, 2024; <http://www.archivodelibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7802>. acesso em: 12 jan. 2024.. respectivamente.

Abreu e Lima cumprira parte das ordens de serviço “na sua propria residencia [de Páez] em Caracas”, onde “vivi no centro de sua familia, a quem devo milobsequios, mil favores”. Dali só se separaria do general *llanero* em 1825 e “bem descontente”, ao atender a ordem do general venezuelano Rafael Urdaneta (1788-1845) para servir nas províncias de Zulia, na Venezuela, e Bogotá, na Colômbia (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Foi próximo aos militares mais fiéis ao *Libertador*, percebemos segundo a própria retrospectiva biográfica na carta, que o brasileiro construía a sua rede de sociabilidade na Grã-Colômbia independente. Servira “com os mais distintos generaes da America” e também seria reconhecido como tal pelos ilustres pares de armas, como afirmaria ao recordar os préstimos dos venezuelanos Mariano Montilla (1782-1851) e Antonio Sucre (1795-1830). Para Bolívar, por exemplo, Abreu e Lima se distinguiria pelo “título de *guapo*”, e guapo “na sua bocca era o maior elogio que se podia fazer em Colombia a um chefe!” (Ibid). Páez também deixaria seus testemunhos sobre a eficácia de Abreu e Lima nos campos de batalha contra os espanhóis. Em suas *Memorias*, o comandante venezuelano citaria “el comandante José de Lima, portugués”, como um dos bravos oficiais feridos após as escaramuças em Carabobo, em junho de 1821, e como o tenente-coronel que com 25 lanceiros ajudou no cerco a Puerto Cabello, em novembro de 1823 (PÁEZ, 1916, p. 243). Pela presteza nestes combates, Páez presentearia Abreu e Lima com um relógio de estimação “como lembrança pessoal” (GUIMARÃES, 1926, p. 16). Na carta de 1868 o brasileiro declarava, enfim, o orgulho “de haver servido a Colombia” naqueles anos de luta contra o inimigo espanhol e de estabilização do novo Estado sul-americano.

Mas Simón Bolívar não ficou grato a Abreu e Lima apenas pelos desempenhos nos campos de batalha ou na administração do Estado Maior. Foi em 1829, na cidade de Bogotá, que o *Libertador* encarregaria o brasileiro em seu maior compromisso até então naquele seu período grã-colombiano, em uma missão fora dos *fronts* militares. Encarregado por ordens diretas do mandatário dos *patriotas*, Abreu e Lima deveria produzir uma obra destinada ao abade de Pradt (1759-1837) que, por este momento, encontrava-se envolvido em discussões com o pensador suíço Benjamin Constant (1767-1830) na Europa. Ambos discutiam na imprensa do continente europeu daquele momento as medidas políticas e as desventuras de índole autoritária do venezuelano à frente da Grã-Colômbia. “Á vista de todos os seus documentos, que [Bolívar] pôz á minha disposição”, Abreu e Lima escreveria o *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simón Bolívar* em resposta à “tremenda accusação” veiculada por Constant na opinião pública europeia. “Não faz idéa como o libertador me agradecido por esse trabalho”, revelaria a Páez, e “é a elle a quem devo o meu posto de general” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873)¹³.

13 Ainda falta, na historiografia brasileira, uma literatura que dê conta da construção do *Resumen*, dos pen-

É ao recordar seus anos colombianos na carta para Páez que percebemos como Abreu e Lima, reconhecendo-se, estranhando-se ou distanciando-se em sua narrativa daquilo que já fora um dia, atualiza a sua *ipseidade*, ao dialogar de forma passiva com seus passados e elaborando um sentido determinado à sua vida até aquele momento. De um apátrida fugido de sua terra natal, filho de um mártir revolucionário e herdeiro de uma das mais nobres famílias daquele país que lhe proporcionou uma esmerada educação na juventude, ao *guapo* militar aos olhos do próprio *Libertador* da América do Sul, Abreu e Lima tece a sua narrativa biográfica quando une “os instantes do seu *iter* existencial numa espécie de linhagem contínua e finalística” (CATROGA, 2009, p. 25). Para Páez, já ex-presidente da Venezuela neste ano de 1868 e dono de uma exitosa carreira política e militar, o brasileiro apresenta a sua identidade na fase colombiana em forma de uma trajetória ascendente, calcada passo a passo no combate militar com o inimigo espanhol e no campo das letras contra os detratores da ordem bolivarista. Caminhada de consumação de uma identidade resumida em uma oração sua na missiva: “adquiri [na Grã-Colômbia] a reputação de um chefe valente, ilustrado e muito fiel” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Construiu-se, portanto, como militante ardoroso da causa emancipacionista e do projeto colombiano, por isso premiado com cargos públicos e reconhecido militarmente por aqueles exímios integrantes dos exércitos *patriotas* e, acima de tudo, pelo próprio *Libertador*.

O fortalecimento da identidade pela memória, como a de um Abreu e Lima bolivarista fiel nesta missiva de 1868, é uma construção processual que mereceu uma atenção especial na literatura acadêmica. Maurice Halbwachs já percebeu, em seus estudos sobre a memória nas primeiras décadas do século XX, que aquelas lembranças que guardamos em cada época da vida reproduzem-se sem cessar, permitindo a perpetuação do sentimento da nossa identidade (HALBWACHS, 1976, p. 89). O antropólogo Joël Candau também enxergou como a memória necessariamente precede a construção da identidade, podendo ser reativada pela própria “demanda identitária”. Neste jogo de mão dupla entre memória e identidade, em que ambas se reforçam mutuamente, a memória participa e gera a construção identitária enquanto esta molda as predisposições que levarão os sujeitos a incorporarem “certos aspectos do passado”, levando-os a realizarem as suas escolhas memoriais (CANDAU, 2019, p. 18-19).

Jacques Le Goff também compreendeu este fenômeno individual e psicológico da memória, esta “propriedade de conservar certas informações” que permite ao sujeito a atu-

samentos ali colhidos por Abreu e Lima diretamente dos arquivos de Bolívar para criar uma imagem deste enquanto político, de suas recepções na Grã-Colômbia e na própria Europa, para onde sua narrativa fora planejada. Na literatura, se Chacon não dará maiores atenções ao *Resumen* em seu *General de Bolívar*, o tratando enquanto “rara síntese de paixão e exatidão” nas defesas de Abreu e Lima encaminhadas às acusações de Constant (CHACON, 2007, p. 169), maiores considerações sobre esta obra vêm do romance histórico do economista Sergio Bruni, que em seu *O mui desassossegado Senhor General*, de 2010, o considera uma produção de “total fidelidade [...] ao ideário bolivariano” da parte de Abreu e Lima (BRUNI, 2010, p. 58-59).

alização de suas impressões e informações passadas, para elaborar suas famosas considerações acerca da memória coletiva dos povos e nações (LE GOFF, 2019, p. 387). Se Le Goff apontara a crucialidade do conceito de memória, Paul Ricoeur, por sua vez, elaboraria sobre as tensões indivíduo/coletivo no eixo das recordações, observando que nessa polaridade “não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vemos, experimentamos, aprendemos”. Nestas situações, implicam-se o nosso próprio corpo com o corpo dos outros no “horizonte dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu” (RICOEUR, 2007, p. 53).

Portanto, nota-se que a memória e a própria atividade memorialística são construções intelectuais, modos de seleção sobre o passado (DOSSE, 2017, p. 217). Percebe-se a nitidez deste movimento de fomento identitário na narrativa do Abreu e Lima se considerarmos como a produção de um missivista volta-se às narrações e reflexões “de uma experiência vivida, mais do que a apreensão totalizante de suas ações”. Naquele diálogo estabelecido na escrita de uma carta, em que o autor conversa consigo mesmo, ele também se reconstrói enquanto *personagem* ao destinatário, e neste exercício o brasileiro estabeleceu os fios narrativos da sua biografia, construindo-se e reconstruindo-se constantemente ao criar uma “narrativa que convive com [...] egos distintos e em conflito” (FREDRIGO, 2010, p. 56, 62).

Trata-se de um percurso biográfico, os destes anos colombianos, que a parca historiografia brasileira que trata do Abreu e Lima certamente ainda não conseguiu dimensionar satisfatoriamente em suas problemáticas voltadas às suas produções e ideias¹⁴. Porque se a trajetória de vida do Abreu e Lima iria muito além daqueles anos 1820 vividos na Grã-Colômbia, o brasileiro também comporia sobre seus momentos de controvérsia, de polêmicas e de contradições no norte da América do Sul em sua carta para Páez.

Se a década de 1820 seria a das glórias militares, da construção de amizades e das promoções alcançadas nos exércitos bolivaristas para Abreu e Lima, também seriam os anos de desconfianças, intrigas, artimanhas políticas e rancores que dominariam o alto escalão político colombiano e que o atingiriam. Mesmo com o andar das décadas, as lembranças destas intrigas não arrefeceriam, permanecendo vivas o bastante para o brasileiro neste fim dos anos 1860: a informação da morte de Páez no suposto terremoto em Cumaná remetia ao general, por exemplo, a “mais um de tantos embustes, com que o odio politico costuma alimentar-se” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Porque os crescentes conflitos de interesses políticos individuais e as querelas políticas entre os altos escalões dos exércitos *patriotas*, que corroíam as frágeis instituições político-administrativas da Grã-Colômbia e se distanciavam dos ideais *unitarios* de Simón Bolívar, não deixariam de ser objetos de reflexão

14 Em que pese o *Abreu e Lima* de Chacon (CHACON, 2007, p. 113-175). A biografia escrita por este cientista político se destaca pelo acesso aos inventários e arquivos colombianos e venezuelanos, cujo conteúdo até então era inédito aos pesquisadores brasileiros, mas peca, contudo, pela leitura excessivamente *positiva* das fontes e do *romantismo* com a qual o historiador envolve suas análises sobre o aeneral.

por Abreu e Lima ao general Páez; este mesmo, inclusive, fora personagem de importância na dissolução da Grã-Colômbia e na emergência de uma Venezuela independente de qualquer iniciativa de *Patria Grande* bolivarista.

O desmoronamento político do recém-emancipado Estado americano parecia prenunciado pouco após o fim dos conflitos de independência com a Coroa espanhola, mesmo dentre os seus idealizadores e para parte da opinião pública dos grandes centros populacionais do país, como Bogotá e Caracas. Das desavenças políticas dentro das próprias unidades administrativas às fragilidades fiscais e das produções econômicas, dos desentendimentos entre os próprios próceres *patriotas* até à inabilidade de apagar os clamores separatistas, a Grã-Colômbia experimentava os dissabores da falta de coesão política e das instabilidades daí decorrentes. Nos primeiros anos da república grã-colombiana, as dificuldades de comunicação entre as suas províncias, as distinções identitárias entre as elites de Nova Granada, da Venezuela e do Equador, e o ascendente descrédito das ideias unitárias de Simón Bolívar, que chegara a pensar em uma Confederação dos Andes atraindo a Bolívar e o Peru ao Estado grã-colombiano, já eram latentes a amplos setores da sociedade e encontrava nos quadros de oficiais do próprio Exército recepções simpáticas, quando não seu próprio espaço de nascedouro, de causas cada vez mais ousadas contra o próprio unitarismo da República.

3.1 O TRAIADOR: FRANCISCO DE PAULA SANTANDER

No ápice da popularidade da iniciativa bolivarista e do seu idealizador, ainda nos dias de violentas refregas com as tropas realistas vindas desde a metrópole ibérica, distúrbios causados pelas diferenças de identidade regional já despontavam nas fileiras dos exércitos *patriotas*. Aqui, cabe o adendo de que nem o conceito de nação e nem o de nacionalismo precederam historicamente os novos Estados latino-americanos recém-independentes do XIX. Como notado por Grimson, “o princípio das nacionalidades” é algo posterior aos processos independentistas americanos (GRIMSON, 2011, p. 164). François Xavier-Guerra vai mais além acerca das nações americanas e a criação dos seus nacionalismos quando acrescenta que, nos novos países independentes, “a única identidade que estes ‘povos’ [dos novos países da América] tinham em comum era a identidade americana”. Se nas guerras pela independência estas serviram de instrumento operatório contra os espanhóis, posteriormente se provariam frágeis à fundação de uma “nação americana” (GUERRA, 1999/2000, p. 27). Convergimos com Alejandro Grimson na medida em que este vê que a nação na América Latina, “como modo de imaginar la pertenencia a una comunidad”, foi consequência do uso dos dispositivos dos novos Estados, de suas políticas culturais e de seus movimentos sociais por suas elites político-econômicas (GRIMSON, 2011, p. 164).

Um dos braços direito de Simón Bolívar nas campanhas militares, o general neogranadino Francisco de Paula Santander (1792-1840) mereceria a desconfiança de seus soldados venezuelanos por desavenças identitárias e políticas do tipo: se aos futuros concidadãos colombianos mereceria a alcunha de *Homem das Leis*, às tropas rasas da Venezuela seria o “desgraçado habitante do *Nuevo Reino de Granada*”, como apontam relatos de 1816 (DEAS, 2018, p. 505).

A vitória definitiva dos *patriotas* na batalha de Ayacucho, em 1824, marcaria não apenas o fim das guerras pela independência, mas a própria acentuação das desavenças já existentes entre aqueles do alto escalão militar bolivarista que projetavam a organização econômico-administrativa do novo Estado grã-colombiano. Os desacordos entre os pensamentos *unitarios* e *federalistas*, estendidas há décadas na opinião pública e entre os pensadores liberais da América Hispânica que prospectavam a organização de seus países e o próprio futuro do continente, dariam o tom do dissenso entre aqueles que defendiam um governo centralista e concentrado, tal como propunha Bolívar à Grã-Colômbia, e aqueles que, como Santander, imaginavam um modelo político-administrativo mais próximo ao da jovem república dos Estados Unidos, em que uma “*asociación entre pueblos*” precedia a organização do próprio Estado centralizado, conforme as leituras *federalistas* correntes nos territórios da futura Grã-Colômbia¹⁵. Propostas heterogêneas por si, mas também divergentes nos seus próprios campos, em que diferentes graus de perspectivas coexistiam com as distintas matizes referenciais recepcionadas das *modernas* ideias políticas europeias e estadunidenses, e que marcariam mesmo o pensamento político sul-americano ao longo do século XIX.

Responsável pela administração política da Grã-Colômbia desde 1821, ano em que fora alçado à vice-presidência do Estado enquanto Bolívar ocupava-se das movimentações militares contra as tropas realistas, Santander daria amplitude às queixas autonomistas nos primeiros anos de formalização do país. Em 1825 romperia relações com o *Libertador* por suas defesas em prol de uma Nova Granada autônoma e, três anos depois, seria acusado como principal mentor da *Conspiración Setembrina*, atentado contra Bolívar ocorrido na capital da República, Bogotá. Condenado ao desterro pelo suposto envolvimento na conspiração, Santander retornaria à América do Sul apenas após a morte de Bolívar e da desintegração da Grã-Colômbia para assumir a presidência do novo Estado neogranadino em maio de 1832, mesmo ainda ausente do novo país. Figura de relevância nas guerras pela independência, na construção do Estado bolivarista e, em mesma medida, na dissolução deste, Santander seria rememorado atenciosamente por Abreu e Lima em sua carta de 1868 para Páez.

15 Comentava-se em “constituir de muchos pequeños Estados, un grande Estado, de muchas pequeñas repúblicas una gran república; establecer de muchas sociedades una nueva sociedad” em uma possível grande “república federativa” (THIBAUD. 2009. p. 489).

O brasileiro relembra como foi por intermédio de Urdaneta que viera a conhecer de forma mais profunda o general neogranadino, quando fora enviado a Bogotá para atenuar “certas desavenças entre os dous”. “Aplanei tudo”, escreveria a Páez, “mas conheci a SANTANDER, por ocasião dos grandes sucessos de Venezuela – e nessas circunstancias se revellou elle tal qual era” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Se Páez não compartilhava de maiores aproximações ou afinidades com Santander naqueles anos, Abreu e Lima comentaria, após seu período na capital grã-colombiana, onde “tive com elle intimidade”, como “o conheci perfeitamente” (Ibid): para o brasileiro, o *Homem das Leis* fora o maior dos responsáveis pela instabilidade política e das tensões separatistas que chagavam internamente a jovem República.

Segundo Abreu e Lima, Santander seria o fomentador de maiores atividades contra a ordem bolivarista além da *Conspiración* “de 25 de setembro em Bogotá” que atentou contra a vida do *Libertador* (Ibid). Santander alimentaria a “desmoralização e revolta do exercito de Colombia no Perú e em Bolivia”, teria incitado a insurreição militar do general neogranadino José María Córdova (1799-1829) contra Bolívar, proclamada de forma pública a partir de um pronunciamento deste na vila de Medellín em setembro de 1829¹⁶, e seria um dos envolvidos no assassinato de Sucre, o mais próximo dos generais a Bolívar e apontado por este como seu sucessor político, ocorrido em território neogranadino no mês de junho de 1830. “Posso assegurar-lhe, que nunca conheci um intrigante e um perverso tão subtil, tão fino e tão astucioso” como Santander, confidenciaria o brasileiro ao amigo venezuelano (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Abreu e Lima não remontaria a Páez, então, sobre as cartas que escrevera a Santander no início da década de 1820, em que “o coronel de Lima, J. de Lima” demonstrava ao vice-presidente a afeição por sua pessoa e sugeria a criação de uma missão diplomática da República da Colômbia ao Império do Brasil, com Soublette como chefe e ele mesmo servindo de secretário (GUIMARÃES, 1926, p. 36-37). A proposta seria recusada por Santander.

A imagem do neogranadino era tão nítida a Abreu e Lima que o brasileiro sentia-se à vontade para provocar Páez em sua missiva quando afirma como “V., meu General, não conhecia, nem nunca pôde conhecer a SANTANDER pelo que li nas suas Memorias” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Mais do que o estímulo às instabilidades políticas na Grã-Colômbia e à sabotagem sorrateira dos planos unitários de Bolívar, atacando por palavras e a fogo aqueles mais próximos do *Libertador*, Santander também teria sido o responsável pela depreciação de Abreu e Lima no país por frustrar contínuas vezes quaisquer

16 Na conclusão deste discurso, Córdova repetiria as palavras de ordem expressas anteriormente por Santander aos *federalistas*: “viva la Constitución de Cúcuta! Viva la libertad!”. Nestes anos, Bolívar já se encontrava senhor do poder absoluto na Grã-Colômbia após dissolver convenções e parte das instituições políticas. (POLO. 2010. p. 37).

procedimentos e condutas do brasileiro. O motivo dos primeiros entreveros entre Abreu e Lima e Santander, contudo, não diria respeito aos planos bolivaristas de Estado ou mesmo à autonomia do território colombiano em detrimento do país recém-fundado; para Páez, escrevia que “quer V. saber uma cousa muito importante? É que briguei em Bogotá com SANTANDER por causa de V”. O general *Ilanero* houvera sido vítima “de quanta injúria, de quanta infâmia lhe podiam assacar”, por Santander, que “eu não o podia tolerar” (Ibid).

É relatado na missiva que Abreu e Lima tivera uma discussão intensa com o célebre representante grã-colombiano a respeito e em defesa de Páez, o que ensejaria à entrega das suas “letras de retiro” do Estado Maior a Santander. Apesar deste e de sua considerável influência política no Estado e no exército grã-colombiano daqueles anos, o brasileiro mantinha-se fiel ao *Ilanero*, lhe sendo “tão dedicado, que me batia por V. como se fosse meu pai e não meu chefe, [...] porque V. era tudo para mim, eu o adorava”. Contudo, o *Homem das Leis* seria bem-sucedido nos intentos em relação a Abreu e Lima ao atuar como pivô nos ardis que envolviam este, e o brasileiro lembraria como foi por sua condição de “embaraço para os intrigantes de Venezuela, [...] por causa da intimidade que gozava junto de V”, que seria continuamente desprestigiado pelos altos escalões e pela opinião pública da fragilizada República da Grã-Colômbia (Ibid).

3.2 A DESAVENÇA COM GUZMÁN

Mais um evento de grave repercussão à imagem pública de Abreu e Lima no Estado grã-colombiano seria rememorado na missiva, alimentando a narrativa fiada pelo brasileiro a Páez. Gradualmente apartado dos comandos militares pela fidelidade ao projeto político bolivarista e ao general *Ilanero*, em momentos no qual ambos eram desacreditados por velhos aliados do *Libertador*, Abreu e Lima recordaria como seria isolado da companhia e das influências de Páez pelos detratores *antiunitarios* que ascendiam na Grã-Colômbia, “e quando suppuzeram que V. [refere-se a Páez] havia me abandonado, se arrojaram sobre mim”; porém se encontrava “tão irritado, tão irado, que cometti a loucura de acutellar o primeiro canalha que me provocou” (Ibid). A vítima do ataque de Abreu e Lima fora ninguém menos que o venezuelano Antonio Leocadio Guzmán (1801-1884), um dos mais populares redatores de toda a República naqueles anos.

Fundador e responsável direto pelo periódico caraquenho *El Argos* e alvo de desconfianças na visão dos dois homens fortes da República, a quem o próprio Santander definiria como um “especialista en incordiar”, “algo que hacía con sobrada habilidad”¹⁷, Guzmán dedicaria parte dos escritos em seu impresso nas primeiras semanas de setembro de 1825

17 Para Bolívar, Santander faria a recomendação para que este “guárdese mucho de él”, referindo-se a Guzmán (ALTEZ. 2018. p. 184).

a injúrias à pessoa de Abreu e Lima. Em artigo ácido intitulado “Comunicado”, Guzmán difamaria o brasileiro ao escrever como

De Lima no puede ejercer este encargo [de chefe do Estado Maior do Exército] por su incapacidad, por sus escasos meritos, por carecer de la confianza del General en Jefe [Bolívar], por no tener tampoco la del ejército, [...] porque su valor no está acreditado, porque su opinión está perdida, porque siempre se ha ocupado de inclinar a los jefes a actos arbitrarios que desacreditan la autoridad militar y la indisponen con el pueblo, y por mil razones más, que diremos a su tiempo si este señor nos obliga a hacerlo¹⁸.

Foi na noite de 9 de setembro de 1825 que Abreu e Lima “tão irritado, tão irado”, consumara o ataque a Guzmán, como relembra para Páez (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Ao retalhar o rosto do redator venezuelano a golpes de sabre, o brasileiro atrairia para si a aversão da ampla maioria da opinião pública grã-colombiana. Artigos de solidariedade a Guzmán inundariam as folhas da imprensa do país, condenando a impulsividade e o ataque físico do brasileiro e a cobrar justiça às instituições competentes sobre a atitude destemperada. Pelo ato, Abreu e Lima seria condenado pelo Conselho de Guerra dos generais da República para cumprir pena em Bajo Seco, na província venezuelana de Zulia¹⁹. Não arrefeceria em 1868, entretanto, da conduta que tivera em 1825, porque quando se recorda de outros divergentes das ideias bolivaristas “tenho gana de fazer a todos o que fiz a GUSMAN. a esse miseravel que V. diz nas suas memorias, que se jactava de ser seu inimigo: canalha!” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

“O que eu soffri então, sabe V. melhor do que ninguém...; porém aqueles infames não triunfaram de mim”, lemos no relato do brasileiro. Logo após o cumprimento da pena “separei-me de V., levando uma chaga no coração” (Ibid). Findada a narração sobre os embargos institucionais, com as desconfiças de Santander e aquelas resultantes das hostilidades com Guzmán, e sobre a produção do *Resumen*, com o reconhecimento direto do próprio *Libertador* e que lhe proporcionaria o generalato, distinção do qual ainda faria uso no Brasil “com todas as honras inherentes” anos depois (Ibid), restaria ao brasileiro recordar o momento mais árduo daqueles anos bolivaristas: o irromper da guerra civil no país e a ulterior dissolução da República da Grã-Colômbia e dos sonhos de Simón Bolívar.

18 Trecho do artigo “Comunicado”, escrito por Guzmán no número 13 de *El Argos*, de 06 de setembro de 1825 (GUZMÁN apud Sousa, 2019, p. 80).

19 Chacon também irá aludir a motivação das indignações das folhas grã-colombianas contra Abreu e Lima à nacionalidade deste; se o Brasil, sendo o único regime monárquico na América do Sul e antipático aos movimentos republicanos que dominavam este continente, era observado como ameaça à integridade dos novos Estados sul-americanos, Abreu e Lima encarnaria, para alguns grã-colombianos, estas desconfiças por sua naturalidade. Recordamos que Guzmán chamava-o de “portugués” em seus artigos (CHACON, 2007, p. 145-146).

3.3 A GUERRA CIVIL E O FIM DO SONHO DE BOLÍVAR

A fragmentação do Estado grã-colombiano é objeto temático de parte considerável da carta-resposta para Páez. Ao *llanero*, Abreu e Lima afirmaria como aquela situação de instabilidade política e de ressoar das armas entre os antigos *patriotas* em nova guerra, agora fratricida, já se delineava em seus pareceres antes mesmo do início dos conflitos. Se se aproximaria a Bolívar em 1826, quando “o libertador começou a tratar-me com muita amizade e carinho [...] a ponto de dar-me as maiores provas de amizade e de consideração”, Abreu e Lima já compartilhava da percepção, “quasi com a certeza”, de que “Colombia [iria] desaparecer pela gangrena de Venezuela” (Ibid). Foi no primeiro semestre deste mesmo ano que se deflagraria o início da separação venezuelana da Grã-Colômbia, em uma sublevação inicialmente motivada por reformas constitucionais e comandada até ao seu fim por um dos maiores heróis militares das campanhas de independência: o próprio general José Antônio Páez.

Foi em abril de 1826 que o então Comandante Geral do Departamento da Venezuela, José Páez, se insurgiria contra a autoridade grã-colombiana então centrada em Francisco Santander, mais uma vez responsável pela administração da República por uma ausência de Bolívar do país, que encontrava-se no Peru quando destes acontecimentos. Suspenso de suas atividades desde janeiro deste ano, por uma infração em questões burocráticas relacionadas ao alistamento de milícias na Venezuela, em uma deliberação oficial que causaria indignação em todo o território venezuelano, Páez de início decidira acatar as ordens enviadas desde Bogotá do afastamento de suas funções, mas posteriormente desobedeceria as ordens oficiais do Estado. O general *llanero* escolheria seguir, antes, os ditames proclamados pela municipalidade de Valência que, reunida em seção extraordinária no mês de abril, optaria pelo “absoluto rechazo a la medida de suspensión [aplicada a Páez] adoptada por el Congreso Nacional [da Grã-Colômbia]”, argumentando que a direção de Páez à frente do Comando Geral era de importância à “seguridad interior y exterior” da Venezuela (BANKO, 2005, p. 141-142). Poucos dias depois outras instâncias venezuelanas acatariam as decisões tomadas em Valência, incluindo a municipalidade de Caracas, que no início de 1826 fora a que denunciara o recrutamento abusivo do herói *llanero*.

Era o início da desobediência explícita dos órgãos administrativos da Venezuela às ordens emitidas em Bogotá, atitude de desrespeito às autoridades republicanas constituídas da Grã-Colômbia e uma inicial predisposição dos venezuelanos para maiores exercícios da soberania e de autonomias administrativas. Tensões aumentariam quando Páez seria reconhecido pelas instituições venezuelanas como “Jefe Civil y Militar de Venezuela”, em maio de 1826, e com críticas mordazes que as próprias municipalidades da Venezuela fariam a Francisco Santander, cujo comando do país seria caracterizado por arbitrário e

de vieses autoritários. Com a anuência de Páez, algumas municipalidades venezuelanas cobriam de Bogotá maiores “reformas de la actual organización de la República”, porque “derechos de libertad, seguridad e igualdad” encontravam-se em risco sob a gestão do neogranadino, e até o adiamento da Grande Convenção da República, que pela Constituição então vigente estava prevista apenas para o ano de 1831, seria posta na ordem do dia (Idem, ibidem, p. 143).

Esta movimentação de caráter separatista dos venezuelanos com Páez à frente, conhecida à época como *La Cusiata*, amainaria apenas com o retorno de Bolívar à Grã-Colômbia e, conseqüentemente, ao cargo de presidente da República. Em fins de 1826 e início de 1827, o *Libertador* já se poria a par dos eventos ao ir diretamente à Venezuela tratar da revolta e da instabilidade administrativa que o movimento causava naquele momento a todo o país. Este exemplo de rechaço das municipalidades venezuelanas à República inspiraria medidas semelhantes no Equador, por exemplo, onde a administração de Santander passaria a ser rechaçada por instâncias da administração local.

Costurados acordos e entendimentos entre sediciosos e Estado, os sublevados, entretanto, alcançariam parte dos objetivos intentados no primeiro semestre de 1827: Páez receberia o título de Chefe Superior da Venezuela, e a convocatória da Grande Convenção, exigida pelos revoltosos, também foi prometida por Bolívar. Ela seria realizada em 1828 na cidade colombiana de Ocaña com os auspícios de reformas constitucionais e de restabelecimento da unidade política, porém a Convenção logo seria dissolvida por não lograr nenhum dos propósitos inicialmente sugeridos (BANKO, 2005, p. 149).

A opção do *Libertador* por uma política de apaziguamento em relação à *Cusiata*, ao invés de uma supressão mais dura àqueles que a comandavam, é lida por uma historiografia do tema como um dos momentos-chaves para o distanciamento político daqueles dois personagens de vulto na independência, Bolívar e Santander (FREDRIGO, 2010, p.48). Era o prenúncio da dissolução do Estado grã-colombiano, deteriorado por discrepâncias entre *unitarios* e *federalistas* em uma mesma instância administrativa, e o início do fim dos frágeis sonhos bolivaristas à consolidação de uma cogitada Confederação Andina ou de maiores alianças dos países da região em uma liga de convenções militares.

A escalada das tensões militares de cunhos separatistas na Grã-Colômbia não passavam despercebidas para Bolívar, conforme testifica Abreu e Lima em 1868. As infrutíferas tentativas bolivaristas de manutenção da unidade grã-colombiana, como o fiasco da Assembleia Constituinte reunida entre janeiro e maio de 1830, posteriormente conhecida como *Congreso Admirable* e convocada com as intenções de criar uma nova constituição que evitasse a dissolução do país, mas que antes resultaria no aumento dos clamores separatistas

venezuelanos da parte de Páez, dava ao próprio *Libertador* a impressão de como a República logo “se ia desmoronar”.

1830 seria o ano das tensões políticas grã-colombianas centrifugadas em passos decisivos para a dissolução do Estado bolivarista. Na carta para Páez, Abreu e Lima confidencia ao *llanero* como o próprio Bolívar, outrora símbolo maior da expulsão dos espanhóis na América do Sul, agora compartilhava intenções de “sahir do paiz” em 1830 (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Em descrédito político e cada vez mais isolado em suas decisões quanto à unidade da República, Bolívar “via já que Colombia se ia desmoronar e temia sublevações no Magdalena [província do litoral atlântico, hoje departamento da atual Colômbia] para onde se queria retirar á fim de embarcar ali para a Europa” (Ibid).

Horizontes de uma nova guerra civil também se desenhavam aos olhos de todos na República porque, afastado o *Libertador* do cargo executivo máximo do país, grupos políticos de matizes diversos pretendiam tomar para si o poder das municipalidades e dos departamentos do agonizante Estado grã-colombiano. Fiel a Bolívar, Abreu e Lima reassumiria seus princípios *unitarios* para Páez após mais de três décadas deste ano decisivo ao desenho político da região: “eu faria tudo pela integridade da republica”.

“É verdade que sempre fugi da guerra civil, [...] mas uma fatalidade de inexhoravel me acompanhou sempre em Colombia e afinal não me pude esquivar de cahir nella”, lamentaria o brasileiro na carta (Ibid). Sempre a mando de Bolívar, Abreu e Lima entraria em conflito armado com parte das facções separatistas, derrotando o militar venezuelano Pedro Carujo (1801-1836), um dos mais importantes correligionários de Francisco Santander, e até libertando Santa Marta, cidade que seria o derradeiro destino do *Libertador* em dezembro de 1830 e onde este faleceria aos 47 anos de idade em fins deste mesmo mês. Porém, dias antes à morte de Bolívar seria derrotado junto ao general Mariano Montila em Cartagena, por “traição do general [José Ignacio] LUQUE” (Ibid).

Eram os últimos dias grã-colombianos do general brasileiro. “Morto BOLIVAR, e separado de V. [refere-se a Páez], que fazia eu mais em Colombia?”, escreveria na carta ao encerrar as suas recordações sobre a República (Ibid). Findado os fulgores da guerra civil, que enterrariam a unidade da Grã-Colômbia e a desmembraria nos Estados da Nova Granada, do Equador e da Venezuela, e malvisto na Nova Granada por suas simpatias ao falecido *Libertador* e aos seus pensamentos *unitarios* à região, Abreu e Lima pediria “ao governo minhas lettras de quartel, e licenca [sic] para ir aos Estados-Unidos, a Europa e o Brasil pelo tempo que me conviesse” (Ibid). De posse das documentações, sairia dos países andinos à América do Norte, nunca mais retornando àqueles territórios sul-americanos que batalhara, por armas e escritos junto a Bolívar, pela emancipação política.

4 AS MEMÓRIAS BRASILEIRAS: SILÊNCIOS E RECORDOS ENTRE O RIO DE JANEIRO REGENCIAL E O RECIFE PRAIEIRO

Nesta exposição de sua fase grã-colombiana, percebemos alguns *traços* da construção memorialística por Abreu e Lima. Memorialística, mas também *identitária*, porque ao lermos esta missiva de 1868 somos conduzidos à maneira como o brasileiro filia-se em seu próprio passado ao construir sua identidade ao mesmo tempo em que distingue-se dos outros (CATROGA, 2015, p. 9-10). Ao dedicar neste escrito um espaço incomparavelmente menor sobre seu retorno ao Brasil e às atividades desenvolvidas desde o seu regresso ao solo pátrio, em 1831, Abreu e Lima se manifestaria mais de trinta anos após a sua saída da antiga Grã-Colômbia como dos mais fiéis bolivaristas, dos poucos que acompanharam o *Libertador* até os seus últimos dias de vida em Santa Marta. “Assisti, portanto, as ultimas agonias de Colombia, assisti a sua morte, fiz tudo por ella”, como recordaria (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Sobre esta formação do *eu* por retrospecção memorialística, uma literatura historiográfica nos adverte que ela não se dá de forma autárquica ou espontânea por aquele que se lança a este exercício. Sujeita às sobredeterminações sociais, a memória individual também se forma pela coexistência tensa “de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção”, e a formação do *eu*, portanto, obedece da mesma forma os valores sociais e coletivos do sujeito. Porque a memória também é “um processo relacional e intersubjectivo” presente em um horizonte coletivo, o que permite seu reconhecimento e compartilhamento social (CATROGA, 2009, p. 12-14).

À semelhança do trabalho historiográfico, as retrospectivas memorialísticas respeitam algumas características típicas do *métier* do historiador, como a seleção, o finalismo, o presentismo e a organização de um percurso enquanto *projeto*. Esta formação do *eu* como projeto funda-se pelo sujeito em um organismo textual que, como uma espécie de “microcosmos”, concentra ao fim o resultado das relações de seu trabalho introspectivo e subjetivo com “as várias influências exteriores” que lhe o atingem e atingiram, o marcam e o marcaram (Idem, ibidem, p. 33; idem, 2015, p. 16). É enquanto um resultado destes fatores intrínsecos à construção de uma retrospectiva de si, por consequência também de um *projeto* memorialístico, portanto, que abordamos esta carta de Abreu e Lima.

Ao tornar-se objeto de investigação de si mesmo em uma narrativa de retrospecção, ao criar sentidos para os acontecimentos que ocorreram nas situações de sua vida e submetendo estes eventos singulares em um tempo domado na sua missiva²⁰, Abreu e Lima redige um escrito que, à diferença da produção historiográfica, não recorre primordialmente

20 Etapas próprias do narrar, segundo Rüsen (RÜSEN, 2015, p. 192-193).

a racionalizações causais, comparativas, analógicas ou de quaisquer tipos. Antes procura, neste seu exercício também projeto, um convencimento baseado na sua idoneidade enquanto evocador e “no seu estatuto de *testemunha* de eventos pretéritos, próprios e alheios” (CATROGA, 2009, p. 41).

Missivista cuidadoso por escrever para si, mas com especial atenção ao outro, o general brasileiro buscou neste escrito de 1868 não apenas a compreensão do interlocutor: procurou também edificar-se como *personagem*. Ao também edificar-se como personagem e pelas estratégias narrativas adotadas, conseguimos identificar nesta carta de Abreu e Lima a construção de um projeto de memória da sua parte. E a produção de uma narrativa como essa, com todas as características próximas de um relato confessor em suas retrospectões, permitem ao pesquisador identificar o grau de confiança e respeitabilidade estabelecidos entre autor e destinatário (FREDRIGO, 2010, p. 44-45). Para receptor de uma atividade intelectual como a de Abreu e Lima parecia não haver pessoa mais especial que “um dos homens mais distintos da America meridional”, seu amigo e confidente de tantos anos, o “querido General” José Páez (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Além dos constantes rasgos à admiração militar e pessoal com o venezuelano, do qual tomara “tão grande amizade [sic], que preferia ser seu ajudante de campo a ser chefe do E. M. de Venezuela e Aguerre, ou a qualquer commando de armas” (Ibid), o brasileiro também recorrera aos *silêncios* nesta sua rememoração escrita. Como estratégia narrativa na construção de sua *persona* bolivarista, leal aos ideais de Bolívar até aos últimos momentos da Grã-Colômbia, Abreu e Lima não se remeteria em momento algum na sua carta de 1868 às investidas separatistas dos venezuelanos, que tinham Páez à frente e que tanto mal fizeram à ordem política-administrativa do Estado recém-fundado pelo *Libertador*. Não se indisporia, portanto, com o líder da *Cosíata* que agitara o Estado colombiano em 1826, e não enxergaria neste movimento nenhum momento digno de lembranças na carta, não o mencionando uma vez sequer.

Para o brasileiro, os grandes responsáveis pelo fim do sonho *unitário* de Bolívar seriam aqueles facciosos manipulados, em grande parte, por Francisco Santander, e Páez, ao contrário, seria dos bolivaristas mais firmes da República, como dá a entender quando escreve que a opinião do *Ilanero* seria uma das mais apreciadas pelo *Libertador* em certos temas, ao relatar que

Fallando-se um dia diante delle [Bolívar] de officiaes e chefes valentes, elle disse que eu era um dos mais distintos, porque o general PAEZ lhe havia dito [...]. Isto quer dizer que a autoridade de V. era decisiva nesse assumpto; e para ser valente [aos olhos do *Libertador*] era mister ter a sua approvação (Ibid).

A seletividade da retrospectão memorialística de Abreu e Lima não se daria apenas com relação à trajetória de Páez, entretanto. Não se reservando apenas à manipulação de

sua memória para criar uma narrativa politicamente coerente à trajetória do general *Illanero*, o brasileiro se aproveitaria da oportunidade de resposta ao amigo para elaborar a sua trajetória quando já fora da desintegrada Grã-Colômbia. E, à maneira da elaboração do Páez bolivarianista que criara, também faria largos usos de não ditos na rememoração de sua trajetória de quase quatro décadas desde o retorno ao Brasil.

Porque os silêncios, os não ditos, esquecimentos e censuras, cada qual a seu modo, são também constituintes relevantes da trama complexa que é um ato narrativo de memória. Estratégias da parte do narrador, estas e demais características, como os ajustes, as invenções, as modificações, as simplificações e tantas outras, são todas operacionalizadas para criar ordem e coerência nos acontecimentos resgatados pelo autor (CANDAU, 2019, p. 71). Nesta carta de 1868 o brasileiro não seria a exceção em itinerários retrospectivos deste tipo: se boa parte da missiva seria à construção de sua identidade como um bolivarianista convicto nos anos colombianos, a sua fase brasileira seria recuperada como um longo momento de retiro das questões de ordem política.

4.1 ABREU E LIMA NO RIO: O PERÍODO REGENCIAL

Um afastar-se do debate político de natureza pública que estaria correlacionado a um fato de relevância à história do Brasil; ao sair da Grã-Colômbia rumo aos Estados Unidos, em 1831, Abreu e Lima relembra como foi na chegada à América do Norte que soube da abdicação de Pedro I ao trono do Império do Brasil, no dia 7 de abril deste mesmo ano. A aproximação com o antigo monarca brasileiro não seria restrito aos sentimentos de estima e afeição da parte do general; chegaria a conhecer o bragantino em território europeu, onde “contrahi com elle muito boas relações”. Atento às conjunturas políticas brasileiras, e próximo a Pedro I, Abreu e Lima confessaria a Páez como “suppuz que talvez conviesse ao Brazil [sic] a sua volta” ao trono do país (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). *Unitario* bolivarianista e republicano até anos antes, na Colômbia fundada sob os auspícios e sonhos do *Libertador*, Abreu e Lima agora confessaria sua simpatia às causas do único monarca na América do Sul.

No Brasil pós-7 de abril de 1831, tal posicionamento político que saía em defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro, mesmo após seu movimento abdicatório, tinha nome, organização e projeto políticos próprios: era da barulhenta facção *caramuru* que o general engrossaria fileiras nestes anos de um Brasil então administrado por Regências. Na carta de 1868, Abreu e Lima escreveria que “assentei de renunciar a politica” quando soube que, em 1834, “Deus o levou [Pedro I] antes da realização desse plano” de retorno ao trono brasileiro (Ibid). Não discorreria ao venezuelano sobre seus agitados anos de retorno ao Brasil até a morte do antigo imperador, portanto.

Há um curto recorte temporal de três anos, estes de 1831 a 1834, que, apesar dos não ditos da correspondência para Páez, certamente merecem aqui maiores considerações às atividades do general em plena capital do Império brasileiro. Para uma maior luz às expectativas cultivadas por Abreu e Lima sobre sua vinda ao Brasil e sobre o cenário em que o próprio país se encontrava após a resignação de Pedro I, a leitura de uma outra carta de sua autoria será profícua: aquela datada de 12 de julho de 1831 e endereçada a seus irmãos no Recife. Remetida da cidade de Filadélfia, Estados Unidos, esta missiva já denota traços da posição politicamente conservadora que Abreu e Lima iria sustentar e que propagaria quando estabelecido em território brasileiro.

Aos irmãos, o general escrevera sobre como usara a licença concedida pelos novos administradores da Nova Granada para ir à Europa, se aproveitando dela “*para fugir da revolução, que se tem apoderado de todo o paiz*” após a morte de Bolívar, desenrolada em violenta guerra civil na região (O HOMEM E A AMERICA, nº 7, 25 de novembro de 1831, *grifos do autor*)²¹. Apesar de referir brevemente às agruras fratricidas que dominavam a velha Grã-Colômbia, onde “*bati constantemente os facciosos*”, mas optando por não envolver-se mais a fundo nos conflitos, Abreu e Lima admite como “*nada sabia do Brasil*” ao chegar nos Estados Unidos no início de 1831 (Ibid). Na América do Norte, ficaria inquieto ao receber “a notícia das mudanças acontecidas no Imperio” após a saída de Pedro I, pois o general enxergava nos horizontes do Brasil o mesmo destino que acometera o Estado bolivarista há pouco tempo antes: os horrores de uma guerra civil (Ibid).

“Eu estou tão enfasiado de revoluções, *que não quero mais comprometter-me*”, prometia o general aos irmãos (Ibid). Abreu e Lima fazia votos de não pegar em armas no solo brasileiro, ou ao menos garantia reassumir a farda e a espada somente quando se fizesse ser “*realmente util a minha Patria*”, à defesa daquilo que enxergava como a “*conservação dos imprescriptiveis direitos de meos Concidadãos*”, e assegurava engajar-se apenas à “*causa mui Nacional, e mui Brasileira*” no país (Ibid, *grifos do autor*). Porque o general temia, com seus posicionamentos políticos, arranhar a reputação militar que construía em mais de dez anos ao serviço de Bolívar na América do Sul, “que não quero perder em huma hora, havendo-me custado 14 annos de sacrificios, de batalhas; e de feridas” (Ibid).

Ao findar a missiva aos irmãos, no primeiro semestre de 1831, garantia como “*apresentar-me-hei como Cidadão para viver tranquillo*” em seu retorno ao Brasil (Ibid). Provavelmente não imaginara o quão fundo iria envolver-se na agitada cena pública fluminense dos anos regenciais que, por encontrar-se atravessada por um pluralismo de projetos e pen-

21 Esta carta para os irmãos “Luiz, João, e Antonio” foi publicada de forma parcial primeiramente no jornal *O Homem e a America*, periódico da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, de 25 de novembro de 1831; parcial porque seu redator preferiu deixar “em silencio” os trechos que diziam “respeito a neocios de familia” dos Roma (Ibid).

samentos políticos debatidos abertamente neste período, se amadurecia neste momento com as feições de uma esfera pública tipicamente moderna.

Na efervescência de um Rio de Janeiro dominado pela expansão das atividades impressas e dos debates políticos em plenos anos de vacância do cargo político mais importante do país, Abreu e Lima se imporia no debate público da capital imperial enquanto dos nomes mais ativos e relevantes da discussão pública nestes seus primeiros anos no Brasil. Estes seriam, afinal, seus primeiros passos enquanto *redactor* no país. E seria enquanto um dos mais impassíveis defensores da ordem institucional monárquica que o bolivarista criaria a sua imagem de redator no Rio de Janeiro do início da década de 1830.

Em 1833, ano de maior volume da produção periódica nos anos de Regências, o general contribuiria à chuva de impressos que tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro com a publicação de dois pasquins de curta duração. *A Torre de Babel* e *a Arca de Noé*, publicadas no anonimato entre março e dezembro deste ano, seriam os primeiros esforços públicos de Abreu e Lima à causa política dos caramurus. Nestas folhas, utilizando-se de todo um linguajar virulento então corriqueiro na imprensa periódica à época, o general diagnosticava a instabilidade administrativa decorrente das ações do corpo político regencial, prognosticando maiores riscos até à própria unidade política do Brasil: os riscos da má-administração dos liberais moderados à frente das Regências não desgastavam apenas a imagem da Corte brasileira no exterior ou a própria direção política interna do país, mas acentuavam as probabilidades, em um futuro próximo, de divisão política do Brasil entre Norte e Sul ou, até, o fim do regime monárquico.

Abreu e Lima era, em 1833, da opinião de que a única alternativa capaz de salvar o país da desordem administrativa em que este se encontrava seria com a restauração do próprio Pedro I ao trono brasileiro que abdicara anos antes. Com o retorno do antigo imperador, o general acreditava que as instituições políticas, abaladas e fragilizadas por causa da ausência de um ocupante do trono, se manteriam a salvo, tal como o próprio regime monárquico de governo constituído no país (SOUZA JÚNIOR, 2020, p. 141).

Adepto desta ala restauracionista, setor minoritário da facção caramuru mas nem por isso menos influente no campo político brasileiro mais conservador do início da década de 1830, o general se aproximaria de alguns dos grupos mais politicamente reacionários que marcavam presença nas proximidades da Corte. Um posicionamento político que lhe causaria a inimizade e a desconfiança de afamados liberais moderados do Rio de Janeiro até pelo menos o início dos anos 1840. Em 1833, por exemplo, se indisporia com Evaristo da Veiga (1799-1837), deputado desde o ano de 1830 por Minas Gerais e uma das mais importantes vozes da facção *moderada* no Brasil das Regências, que chamaria Abreu e Lima de “aventureiro” e “general sem batalhas” em seu popular jornal *Aurora Fluminense*. Januário

da Cunha Barbosa (1780-1846), cônego e um dos fundadores do futuro Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, o IHGB, trataria do general como um fantasioso que “sonha com a sombra de seu pai” em sua comédia *A rusga da Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, em 1834. Barbosa, inclusive, vetaria em nome do IHGB o *Compendio* de Abreu e Lima, assumindo em nome do instituto o duro parecer emitido por Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) que acusava o general de plágio nesta sua produção historiográfica. Este juízo do IHGB do início de 1844, seguido pelos litígios metodológicos de cunho historiográfico com Varnhagen, que para muitos é a primeira grande discordância no país sobre os métodos de escrita da história, seria um dos motivos que levariam Abreu e Lima de volta ao Recife natal, após quase três décadas distante da cidade²².

4.2 ABREU E LIMA NO RECIFE: A PRAIEIRA

Os anos praieiros do general na década de 1840, quando aderira ao Partido Nacional de Pernambuco quase de imediato após seu retorno ao Recife e que lhe valeriam os primeiros contatos com as modernas ideias do socialismo romântico, corrente *moderna* de pensamento que se espraiava de forma rápida entre os círculos de homens de letras da província nestes anos, também seria igualmente omitido na correspondência a Páez. Porque, como escrevia ao amigo, Abreu e Lima se identificava como um liberal antigo, afastado das disputas partidárias, “não serei eu o que tome a menor parte na politica do paiz – lá se avênham as facções” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Silenciava em sua narrativa de 1868 a violenta perseguição protagonizada pelo Império do Brasil após o fim da Insurreição Praieira de 1848-1849, portanto, que, agora sob a égide de Pedro II, condenara às prisões da província muitos dos membros do Partido Nacional, dentre eles o próprio general sob a acusação de ser um dos chefes da rebelião²³. O saldo da insurreição seria trágico e traumático para Abreu e Lima: além de condenado à deportação e prisão perpétua na ilha de Fernando de Noronha, perderia o irmão que lhe acompanhara desde a fuga nos cárceres baianos de 1817 até aos Estados Unidos, Luiz Roma, vitimado nos combates pela capital da província pernambucana. Ao amigo *Ilanero*, o general ocultaria todas estas desventuras políticas no Recife. Seria anistiado em novembro de 1851, logo retornando à capital da província pernambucana.

22 Ironicamente, o artigo principal da mesma edição de *Novo Mundo* que trazia a carta do general para Páez traçava um longo perfil biográfico do “historiador nacional por excellencia”, o agora Barão do Porto Seguro, Varnhagen.

23 Abreu e Lima não se envolvera militarmente na insurreição. A atividade periodística à frente da *Barca* e a coordenação da *Sociedade Imperial* no Recife, entretanto, lhe valeria a acusação de aliciação e “reunião de gente” à insurreição estourada em novembro de 1848 (MELLO. 1849. p. 407).

Em que pese afirmar a Páez como “contento me com as minhas idéas sem o desejo de propaganda” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873), o general resguardava as duas décadas de atividade como *escritor publico* que exercera na imprensa em seus anos 1830 e 1840 no Brasil²⁴. Decidira guardar pra si os tumultuosos cenários políticos com o qual se envolvera após retornar ao Brasil em 1831, quando, ao contrário do que afirma em 1868, fora um ativo *propagandiste* das causas políticas que abraçara no país, primeiramente a dos caramurus, no Rio de Janeiro, e a dos praieiros, na segunda metade da década de 1840.

Pensador liberal de princípios e bases modernas e científicas, receptor atento daquilo que se produzia de mais recente nos grandes centros acadêmicos e intelectuais do mundo ocidental, e já bastante experiente como redator de folhas políticas, por onde se prestara a derramar suas ideias de civilização e progresso a todos que o lessem, o general assumira nestes anos aquela missão vulgarizada pelos *hommes de lettres*: a de espalhar Luzes e esclarecer, pelo uso instrumental da Razão, o “povo” brasileiro a partir de seus escritos.

Foi atribuindo-se a esta missão que Abreu e Lima publicara suas primeiras folhas no Brasil, e seria por esta atividade que o general trataria de, a seu modo, colaborar à regeneração do país, pondo-o nos trilhos certos da marcha civilizatória e do progresso. Porque Abreu e Lima acreditava que se o país encontrava-se com *falhas* em sua formação, mais visíveis principalmente após a abdicação de Pedro I, que indicavam indícios de *barbárie* e atrasos incompatíveis com o prestígio do único Estado monárquico na América do Sul, apenas a identificação de tais distúrbios não seria o suficiente: prospecções e projetos que dialogassem com as ideias ilustradas deveriam servir de orientação nesta missão civilizatória.

O general acreditara, como muitos de seus pares de letras, próximos ou não em suas leituras políticas e filosóficas, nesta sua vocação enquanto leitor e pensador do Brasil e da América do Sul. Mesmo que com a mudança de conceitos e princípios ao longo de sua vida àquilo que considerava o melhor para o país, da perspectiva caramuru e monarquicamente legalista em seus anos fluminenses às análises que partiam do socialismo fourierista e de uma filosofia da História inspirada nas ideias do filósofo francês Pierre-Simon Ballanche (1776-1847) no Recife praieiro, as bases de seu pensamento e de sua produção escrita ainda permaneceriam a mesma, a saber: a mudança da condição civilizatória brasileira só seria possível a partir de certos pressupostos modernos e científicos assumidos e exercitados pelo “povo” ou pelo Estado monárquico.

Abreu e Lima, contudo, parecia já não enfileirar mais facções ou maiores linhas de ação política no momento em que escrevia a sua resposta para Páez. Em 1868, e após todas estas experiências no país após os anos colombianos, a leitura otimista de uma transformação do Brasil parecia haver se esvaído do general, e muito desta condição estacionária em que o

24 Referia-se constantemente a si enquanto *redactor* e *escritor publico* nos seus pasquins de 1833.

país se encontrava estaria no próprio cerne de suas origens raciais. Porque no diagnóstico de Abreu e Lima “o Brasil seria hoje tão importante como os Estados-Unidos, se não fôssemos descendentes dos portugueses”, e a própria situação caótica da direção militar do país na Guerra do Paraguai, desenrolada desde 1864, comprovaria a experiência empírica desta asserção, porque “se V. conhecesse as nossas cidades, o nosso commercio, a nossa riqueza territorial, e a nossa população, se espantaria de ver que um povo semelhante gastasse tres annos em uma guerra” (Ibid). Criticados os altos escalões militares à frente das campanhas nos *chacos* paraguaios²⁵, sobriam elogios do general aos soldados brasileiros, que seriam “tão bons soldados, e tão valentes como os Venezuelanos”. No cenário geral que envolvia a situação do país, entretanto, o general diria a Páez que “sou o primeiro a confessar que vamos muito mal” (Ibid).

Estava já à distância de ser o redator polemista que propôs, ao longo de sete dos vinte números do pasquim praieiro *A Barca de S. Pedro*, de 1848²⁶, o projeto de uma “colonização que convem ao Brasil” como forma de povoar o território e “levar a civilização a todos os angulos” do país (A BARCA DE S. PEDRO, número 14, 11 de setembro de 1848). Na contra-mão de Pedro II e de muitos de seus companheiros da imprensa brasileira (MELLO, 1999, p. 76), Abreu e Lima enxergava nos anos 1840 a melhoria da condição civilizatória e socioeconômica nacional não no fomento à imigração de mão de obra europeia às lavouras agrícolas dos sertões, essas que “são meras decepções, [...] verdadeiras especulações de velhacos”, mas em transplante organizado pelo próprio Estado de colônias agrícolas de brasileiros que, assentados, passariam por um sistema educacional que o fariam perder seus “vícios”, os ensinariam “costumes” benéficos dignos de povos civilizados, como o gosto pelo labor e pela organização, e expandiriam as “indústrias” Brasil adentro. Por tal cartilha colonizadora, “vereis [...] grandes capitalistas occuparem-se de fundar por sua conta infinitos estabelecimentos desta especie; companhias estrangeiras affluirão para o paiz, e novas colonias se estabelecerão por si mesmas”, sem a necessidade de maiores despesas do tesouro imperial para tais fins (A BARCA DE S. PEDRO, número 17, 02 de outubro de 1848); por tal cartilha, “note-se que o meu fim he a educação do povo, e a emancipação das classes laboriosas” do país (A BARCA DE S. PEDRO, número 16, 26 de setembro de 1848), esclarecia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abreu e Lima construiu o seu percurso memorialístico articulando de forma consciente a sua biografia e balizando a sua identidade, na narrativa da carta, para os pertenci-

25 Para Abreu e Lima a guerra com o Paraguai “teria durado quando muito seis mezes, si tivéssemos um bom general, ou um almirante siqueer” (Ibid).

26 Originalmente escritas no Rio de Janeiro, em 1842. A seção “Colonização que convem ao Brasil” seria anunciado primeiramente no número 11 da *Barca*, de 11 de agosto, e seria transcrito do décimo-quarto até a última edição do periódico. publicado às vésperas da Insurreição Praieira. dia 23 de outubro.

mentos a uma certa formação político-social²⁷. Ali era contada a trajetória de um fiel *bolivista*, a de um expatriado que, sob a presença e as ordens do *Libertador*, encontrara o seu destino e a sua missão no sonho unitário e de *Patria Grande* de Simón Bolívar. O general confirmou, silenciou, e, provavelmente, até esquecera partes de sua vida na rememoração destinada ao velho amigo *Ilanero*, mesmo porque para o sentimento de convicção do recorde sobre a própria trajetória, em exercícios retrospectivos do tipo, o esquecimento também é necessário (CATROGA, 2015, p. 29-30).

Porque se Abreu e Lima assumiria até como “nunca pretendi entrar para o quadro do exercito do Brasil”, recusando empregos e missões da parte do Estado imperial brasileiro, “quer em mando de provincias ou em missões diplomaticas”, se desvaneceria mesmo era “de ter sido general na velha republica de Colombia”, orgulhoso “de chamar-me um dos libertadores de Venezuela e dos da Nova Granada, e em usar das minhas veneras” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). No Brasil, afirma, usaria apenas “minhas condecorações [bolivistas], unicas de que tenho usado e uso no paiz” (Ibid). Após a sua morte, se podia ler no *Diario de Pernambuco* que alguns objetos pessoais referentes aos anos colombianos de Abreu e Lima, como quinze volumes dos “documentos relativos à la vida publica del libertador de Colombia y del Perú Simon Bolivar”, juntos a demais livros e objetos de ouro e prata, seriam postos à venda em um par de leilões a serem realizados no Recife entre maio e junho de 1869 (DIARIO DE PERNAMBUCO, número 101, 05 de maio de 1869; DIARIO DE PERNAMBUCO, número 124, 03 de junho de 1869).

Por construir sua trajetória de vida conscientemente, historicizando seus próprios passos e fazendo projeções àquilo que em sua leitura se delineava no horizonte político do país e, no fim, para si mesmo, Abreu e Lima ergueu um teatro da memória onde postou-se como personagem de si mesmo. A produção de uma escrita de si, como esta carta de Abreu e Lima para Páez, convergiu junto à emergência histórica do sujeito moderno no Ocidente, dotado e ciente dos seus direitos civis e políticos. No fim do século XVIII e ao longo do XIX, estes indivíduos procuraram constituir sua identidade através dos seus documentos pessoais, muitas vezes alargando-os em seus sentidos. A historiadora Angela de Castro Gomes concluiu, nos seus estudos destes textos auto-referenciais, que estas fontes quando problematizadas pelo historiador ajudam a esclarecer a relação estabelecida entre o sujeito e as suas documentações pessoais (GOMES, 2004, p. 11, 17). Por isso, quando narrada, ela agrega “numa ação interna e completa, a diversidade construída pelas circunstâncias, os objetivos e os meios, as iniciativas e as interações, as mudanças de sorte e todas as consequências não desejadas surgidas da ação humana” (RICOEUR, 1994, p. 10-11).

27 Característico de todos aqueles que buscam contar a própria biografia, segundo Rüsen (RÜSEN, 2015, p. 260).

Em 1868, restava a Abreu e Lima apenas os deleites “de ter sido general na velha republica”, “sempre lembrando-me de Colombia e de Caracas” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). A missiva para Páez abordada enquanto documentação, portanto, permite ao pesquisador se deparar com a própria memória histórica de Abreu e Lima enquanto personagem histórico. É uma narrativa construída em carta que, enquanto testamento de vida, como nas palavras de seu próprio autor, buscou enredar eventos que o atingiram e fundar sentidos sobre cada acontecimento ali rememorado (RÜSEN, 2015, p. 192-193). Foi sob uma série de ratificações e recalcamientos, não ditos e sigilos, distanciamentos e aproximações que o general punha o passado, seu e o da América do Sul, diante de si pela última vez ao responder o velho companheiro de amizade e armas.

REFERÊNCIAS

- A Barca de S. Pedro**, número 14, 11 de setembro de 1848. Recife: Typographia Imparcial, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814016/54>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 16, 26 de setembro de 1848. Recife: Typographia Imparcial, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814016/64>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 17, 02 de outubro de 1848. Recife: Typographia Imparcial, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814016/67>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. **Compendio da Historia do Brasil I**. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1843.
- _____. Petición de José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima. In: Manuel Pérez Vila (org.). **Bolívar y su época (Cartas y testimonios de extranjeros notables)**. Caracas: Publicaciones de la Secretaria General de la Décima Conferencia Interamericana, tomo I, 1953.
- ALTEZ, Rogelio. El Bolívar que no fue. Auge y caída de Antonio Leocadio Guzmán en la política venezolana del siglo XIX. **Presente y Pasado**, Mérida, nº 46, Jul-Dez 2018.
- ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. Um perfil do jornal e do seu criador, José Carlos Rodrigues. In: **Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)**. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo, USP, 2010.
- BANKO, Catalina. Las municipalidades y el movimiento separatista venezolano. **Mañongo**, nº 24, 2005.
- BRUNI, Sergio. **O mui desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: general de Bolívar**. Recife: CEPE, 2007.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. José Ignacio de Abreu e Lima. In: Diccionario biographico de pernambucanos celebres. Recife: Typographia Universal, 1882.
- DEAS, Malcom. A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da Independência a 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, número 292, 12 de janeiro de 1834. Recife: Tipografia do Diário, 1834. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/6404. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 101, 05 de maio de 1869. Recife: Tipografia do Diário, 1869. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/23202. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 124, 03 de junho de 1869. Recife: Tipografia do Diário, 1869. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/23385. Acesso em: 17 jan. 2024.
- DOCUMENTO 6290. **Archivo del Libertador**. Disponível em: <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7802>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- DOCUMENTO 6291. **Archivo del Libertador**. Disponível em: <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7817>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- DOSSE, François. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu tempo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRIMSON, Alejandro. **Los límites de la cultura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Maracanã**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1999/2000.

GUIMARÃES, Argeu. **Um brasileiro na epopeia bolivariana (Biographia do general Abreu e Lima)**. Recife: Empresa Graphico-Editora, 1926.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris; Haia: Mouton & Co., 1976.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. O norte e a política de imigração. In: **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1849.

MEMORIAS DE VENEZUELA. Caracas: Fundación Imprenta de la Cultura, 2019. Disponível em: <http://cnh.gob.ve/images/CNH/th/RMV65-03-WEB.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

O HOMEM E A AMERICA, número 7, 25 de novembro de 1831. Rio de Janeiro: Typographia de Thomas B. Hunt & Cia, 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/701955/9>. Acesso em: 17 jan. 2024.

O NOVO MUNDO: PERIODICO ILLUSTRADO DO PROGRESSO DA EDADE, número 31, 23 de abril de 1873. Nova Iorque: James Sutton Co., 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/122815/520>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PÁEZ, José Antonio. **Memorias del General José Antonio Páez (Autobiografía)**. Madrid: Editorial América, 1916.

POLO, Marco Manuel Forero. José María Córdova: ¿Prócer o Conspirador?. **Goliardos**, Bogotá, nº 13, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SOUSA, Monique Santana de Oliveira. **Irmãos Latinos ou Parentes Distantes: O Brasil e a América Hispânica na ótica do general Abreu e Lima (1819-1848)**. Dissertação de Mestrado (História). São Gonçalo, UERJ, 2019.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Montini de Assis. **Abreu e Lima, redator: estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignácio de Abreu e Lima, 1833**. Dissertação de Mestrado (História). Recife, UFPE, 2020.

THIBAUD, Clément. Federalismo-Colômbia. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.